Grupo Parlamentar

REQUERIMENTO

"As nossas comunidades rurais estão cada vez mais a esvaziar-se, quer seja pela opção de residência em zonas mais urbanas, quer seja pelo número crescente de habitantes que durante o dia têm de se deslocar para trabalhar ou estudar.

O envelhecimento populacional atinge maiores proporções nestas comunidades, acentuando a solidão e o isolamento que pode ser colmatado com actividades desenvolvidas no âmbito de organizações locais vocacionadas para a solidariedade social.

Estas comunidades, quase todas com pequenas populações e afastadas dos grandes centros urbanos, encontram nas Casas do Povo um espaço onde os seus membros podem conviver e ser apoiados.

Os funcionários da Segurança Social que trabalham nas Casas do Povo são, muitas vezes, os únicos funcionários públicos existentes nessas comunidades.

Estes funcionários, para além do serviço específico burocrático, prestam voluntariamente apoio a nível de aconselhamento e orientação dos mais idosos.

Além disso, as Casas do Povo estão hoje, e em crescendo, a sedear grupos de convívio, recreação, cultura, desporto e acção social só possíveis de manter com uma retaguarda de apoio administrativo que só pode ser prestado pelos citados funcionários da segurança social que, para todas estas tarefas têm de estar ao serviço em regime de tempo inteiro.

Tendo em conta que a Segurança Social tem vindo a resolver a falta (por reforma ou outro motivo) destes funcionários com a acumulação de outros de freguesias limítrofes.

Tendo em conta a preocupação geral da sociedade Açoriana e dos seus responsáveis políticos com a solidariedade e assistência aos idosos de comunidades mais frágeis.

Tendo em conta que a manutenção destes funcionários a tempo inteiro não virá agravar o orçamento da segurança social.

Tendo em conta que em questões sociais não se pode "dar com uma mão e tirar com outra".

Tendo em conta que na Ilha do Pico já existem seis Casas do Povo, com funcionários a tempo parcial, prevendo-se um crescimento destas situações.

Os Deputados abaixo assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, vêm requerer o seguinte:

Informação acerca da política do Governo em relação à matéria em causa.

Pico, 30 de Novembro de 2000.

Os Deputados Regionais, *Duarte Nuno Freitas e Manuel da Silva Azevedo"*